

POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS:

REVISÕES TEÓRICAS, TEMAS ATUAIS E PROPOSTAS DIDÁTICAS

Cristine Gorski Severo
(Organizadora)



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

S498p Severo, Cristine Gorski (org.).

Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas/

Organizadora: Cristine Gorski Severo; Prefácio de Xoán Carlos Lagares.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.

figs.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-499-4.

1. Ensino de Línguas. 2. Linguística. 3. Prática Pedagógica.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Didática - Métodos de ensino instrução e estudo – Pedagogia. 371.3

2. PCN / Parâmetros Curriculares Nacionais – Brasil. 372.981

3. Linguística. 410



POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS:

REVISÕES TEÓRICAS, TEMAS ATUAIS E PROPOSTAS DIDÁTICAS

Cristine Gorski Severo
(Organizadora)



Copyright © 2022 – Da organizadora representante dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Cibele Ferreira

Editoração e capa: Vinnie Graciano

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil – 2022

Agradeço à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio financeiro e institucional.



SUMÁRIO

PREFÁCIO _____ **9**

Xoán Carlos Lagares (UFF)

APRESENTAÇÃO _____ **17**

Cristine Gorski Severo (UFSC/CNPq)

PARTE 1

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E OLHARES CRÍTICOS

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS: REVISÃO
TEÓRICA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS** _____ **25**

Cristine Gorski Severo (UFSC/CNPq)

**DEVOLVENDO A 'SÓCIO' AO EMPREENDIMENTO
SOCIOLINGUÍSTICO** _____ **61**

Joshua Fishman

Tradução: Cristine G. Severo (UFSC)

Revisão: Edair Görski (UFSC)

**ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA E DIREITO LINGUÍSTICO:
UM DIÁLOGO POSSÍVEL** _____ **79**

Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar)

Jael Sânera Sigales Gonçalves (Unicamp)

A TEORIA DA GESTÃO DA LÍNGUA DE BERNARD SPOLSKY _____ **101**

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

Maria Elias Soares (UFCE)

**AS LÍNGUAS PELAS RUAS DA CIDADE: O ESTUDO DA PAISAGEM
LINGUÍSTICA URBANA EM CONTEXTOS PLURILÍNGUES** _____ **127**

Isis Ribeiro Berger (UNIOESTE)

**O ESTATUTO ENCANTADO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS:
COMUNICAÇÃO MAIS-QUE-HUMANA E REVITALIZAÇÃO
LINGUÍSTICA** _____ **149**

Leandro Durazzo (UFRN)

PARTE 2

ABORDAGENS CONTEXTUAIS E ESTUDOS DE CASO

REFÚGIO E LINGUAGEM: COMPLEXIDADE E URGÊNCIA DE UMA QUESTÃO _____ **171**

Bruno Deusdará (UERJ)

A POLÍTICA LINGUÍSTICA DO ESTADO BRASILEIRO PARA AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA LDB, LEI 9.394/1996 _____ **191**

Elias Ribeiro da Silva (Unifal-MG)

O LETRAMENTO ACADÊMICO DE ESTUDANTES INDÍGENAS EM UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: COMPARTILHANDO DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS _____ **209**

Andérbio Márcio Silva Martins (UFGD)

Cássio Knapp (UFGD)

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E GÊNEROS DOS CONTEXTOS JURÍDICO E POLICIAL NO ENSINO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS _____ **225**

Aline Nunes de Sousa (UFSC)

Silvana Aguiar dos Santos (UFSC)

DIREITO LINGUÍSTICO DO ESTUDANTE SURDO E SURDOCEGO INDÍGENA E NÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA: ESCRIVÊNCIA DE UMA PROFESSORA UNIVERSITÁRIA SURDA _____ **247**

Shirley Vilhalva (UFMS)

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUAS ESPECIAIS: TENSÕES HISTÓRICAS E POSSIBILIDADES SUBVERSIVAS _____ **261**

Geuderson Traspadini Marchiori (UFOP/ME)

Kassandra da Silva Muniz (UFOP)

UMA CONVERSA SOBRE “COLONIALISMO LINGUÍSTICO” _____ **275**

Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB)

Charlotte Eloize Leviski (UEPG)

SOBRE AS/OS AUTORAS/AUTORES _____ **293**

PREFÁCIO

Xoán Carlos Lagares (UFF)

Precisamente quando começo a escrever este texto leio no jornal uma notícia que chama a minha atenção. As várias abas do navegador abertas no meu computador, como convites permanentes a visitar outros lugares virtuais, logo se multiplicam quando procuro novas versões daquela matéria em sites diferentes. Em São Paulo, um imigrante haitiano é acusado de feminicídio. Após 16 meses preso, sem poder contar a sua versão dos fatos por falar “apenas” haitiano, o Kreyòl Ayisyen, língua crioula de base lexical francesa, o rapaz pôde ser liberado graças à intermediação de Bruno Silva Pinto, um pesquisador da Universidade de São Paulo, mestrando em Linguística e estudioso da língua, que fez a função de intérprete e permitiu trazer à luz uma versão condizente com o que indicava a perícia. Num desfecho surpreendente, próprio de filme de sessão de tarde, é alguém com “amor pelos idiomas”, como indicam quase todas as matérias que contaram o caso, quem consegue evitar que alguém seja condenado injustamente por um crime que não cometeu.

O site da UOL começa a matéria lançando o seguinte desafio aterrador ao seu leitor: “Imagine ficar preso em outro país por 16 meses acusado de um crime que não cometeu e sem conseguir dar sua versão por não falar o idioma local”, embora situe a história, paradoxalmente, numa seção chamada “Boas Notícias”. O desfecho é, por sorte, positivo, mas totalmente excepcional, e é por isso que se trata de uma (boa) notícia. Mas é também por isso que aquilo que nos resulta “inimagi-

nável” – ficar preso em outro país por 16 meses acusado injustamente e sem possibilidade de defesa – está longe de ser uma história edificante. Embora seja uma matéria que apele às emoções, com potencial para abrir ou encerrar qualquer telejornal, o que importa é conseguir que isso nunca mais aconteça, que o acesso dos imigrantes a um serviço de intérpretes, para serem julgados convenientemente, seja *a* regra e não *uma* exceção, como diz o próprio pesquisador que atuou como intérprete forense. Entender como é que isso foi acontecer e procurar conhecer os meios para evitá-lo, isto é, jogar luz sobre a política linguística implícita nessa situação e sobre a que seria necessário implementar para que isso não se repita, sem dúvida constituiria uma pauta jornalística muito mais interessante.

O caso é, na realidade, uma terrível acusação contra um Estado que não é capaz de garantir o exercício de um direito fundamental, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei” (art. 6) e todo ser humano tem direito a um “julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa” (art. 11). Ser reconhecido como “pessoa” implica ser ouvido na própria língua, pois a linguagem é uma capacidade intrinsecamente humana. Por outro lado, entre as garantias necessárias à defesa está, obviamente, a possibilidade de narrar a própria versão dos fatos. As matérias reproduzidas em vários jornais, no entanto, insistem numa abordagem mais “emotiva” do que política, pondo ênfase na reviravolta provocada pela providencial e heroica presença de um estudioso apaixonado por línguas “exóticas”.

O que para nós, leitores ocasionais da UOL, é inimaginável, isto é, a impossibilidade de defesa absoluta diante de um tribunal ao não sermos entendidos nas nossas alegações, é uma prova da importância que tem a política linguística para o efetivo exercício de direitos fundamentais. E assim como o direito a uma justiça merecedora de tal nome tem uma evidente dimensão linguística, também o exercício de outros direitos depende de circunstâncias indissociáveis do uso da linguagem.

Acontece isso com o direito à saúde ou à educação, para citar apenas dois. Um tratamento de saúde adequado exige que exista uma boa comunicação médico-paciente, para que os sintomas possam ser relatados e os procedimentos terapêuticos perfeitamente compreendidos. O direito à educação, que os Estados nacionais devem garantir (pelo menos, em sociedades democráticas), depende por completo da língua que é empregada como veicular no âmbito escolar. Historicamente, a escola tem sido um espaço de conflito linguístico, um palco em que se enfrentam de forma cotidiana, por um lado, falantes de línguas em situação minoritária ou de variedades estigmatizadas e, por outro, representações mais estritas do modelo reduzido de língua elevado à categoria de idioma nacional. Nesse sentido, como já reconhecia o relatório da UNESCO de 1953, *L'Emploi des langues vernaculaires dans l'enseignement*, mesmo que seja apenas por motivos pedagógicos, é necessário que a escola fale a língua das comunidades em que se situa, e que a primeira escolarização, ao menos, se dê na língua primeira, de uso familiar dos/das estudantes.

Mas no caso do imigrante haitiano, salvo da prisão após quase ano e meio atrás das grades, exatamente quando tem a oportunidade de ver seu depoimento traduzido ao português, há uma outra questão glotopolítica importante. A sua língua, o Kreyol, mesmo sendo falada pela imensa maioria da população do Haiti e tendo hoje o status de língua oficial no país, junto com o francês, não usufrui da consideração e do status de outras línguas, ao ponto de não contar, até a chegada oportuna do pesquisador da USP, com um tradutor identificado pelo tribunal que julgava o caso. No discurso da mídia, o idioma é apresentado com um exotismo que eximiria o Estado de qualquer responsabilidade em relação aos seus falantes neste país. E aqui se manifesta a evidente hierarquia das línguas no mundo, uma ordem onde o Kreyol Ayisyen ocupa um lugar secundário: de língua B na estrutura diglósica da sociedade haitiana, que Ferguson descreveu de forma pioneira em 1959, e de língua invisível no panorama das relações linguísticas mais amplas. A imensa maioria dos idiomas se situa, na galáxia lingüís-

tica do mundo, segundo a metáfora empregada por Louis-Jean Calvet, no nível das línguas periféricas, gravitando em relação a alguma outra língua com um peso social maior, como é o caso do Kreyol com o Francês, embora muitos de seus falantes não dominem efetivamente essa língua que exerce hegemonia em seu próprio espaço de comunicação. Em qualquer caso, as práticas de linguagem dialogam com representações complexas sobre o lugar das línguas no mundo e o seu status. Umam firmam sua existência como uma evidência indiscutível, mas outras precisam percorrer um grande caminho para serem simplesmente reconhecidas no mercado-mundo das línguas.

Enquanto prática (e mesmo sem ser assim nomeada), existe política linguística desde sempre, pois a desigualdade nas relações linguísticas está marcada pelo exercício do poder. A autoridade para decidir quem pode falar e quem deve calar (assim como onde e em que circunstâncias é possível tomar a palavra no espaço público) é uma dimensão fundamental de toda forma de exercício do poder político. A imposição do silêncio a povos inteiros, mudando os seus topônimos (a forma como a sua cultura particular nomeia o próprio território), proibindo os seus antropônimos ou o emprego da língua própria em determinados âmbitos de uso, é uma forma de controle e domínio que, embora de formas diferentes ao longo da história, faz parte dos movimentos de conquista e colonização.

Como dizia John Joseph num livro de 2006, *Language and Politics*, a linguagem está impregnada de política: enquanto realidade social que nos constitui, precisamente, como membros de grupos e comunidades, por meio da qual manifestamos nossos interesses ou nos expressamos na dissidência e nos ocasionais consensos da vida em sociedade. Essa constatação, porém, não tem um efeito imediato para vários ramos da linguística contemporânea, que escolhem abordar um objeto de estudo teórico para o qual o político é secundário. A política linguística, dentro do campo dos estudos da linguagem, vai se constituindo como disciplina desde os anos 1950 do século passado, a partir da Linguística Aplicada, da Sociolinguística e da Antropologia Linguística. A princí-

pio, associada a um saber exclusivamente aplicado, no qual os conhecimentos sobre a linguagem e as línguas são postos a serviço da “resolução de problemas”, relacionados ao multilinguismo em novos estados nacionais pós-coloniais, sobretudo na África e na Ásia. Mas, já no início, as pesquisas em política linguística começam a questionar a ideologia monoglóssica (de base monolíngue) que move os Estados nacionais desde a sua constituição, ideologia essa que considera a realidade multilíngue um problema, e tomam consciência dos efeitos que intervenções sobre a realidade social da linguagem podem causar, em todas as ordens: cultural, identitária, política, econômica etc.

Se a linguagem é política, como dizemos, então é possível capturar essa dimensão nas mais diversas formações sociais, em circunstâncias de uso as mais variadas. Enquanto campo crítico de atuação dentro dos estudos da linguagem, a política linguística dialoga com outras disciplinas da linguística e das ciências sociais, numa constante revisão teórica e interdisciplinar, a serviço de uma atitude de pesquisa ciente dos efeitos da sua própria ação, numa posição que se situa ao lado de todas as comunidades de falantes, grandes ou pequenas, atenta às suas demandas, sabendo que, como diz Rajagopalan no seu livro *Por uma linguística crítica*, trabalhar com a linguagem é intervir na realidade social da qual ela faz parte.

Como vemos neste livro, a necessária reflexão teórica, no campo do direito linguístico, da gestão das práticas ou das políticas de ensino-aprendizagem de línguas, é inseparável da observação de – e da participação em – situações linguísticas concretas, pois a pesquisa em política linguística se faz, inevitavelmente, sem perder de vista a capacidade de intervenção da própria pesquisa.

Nessa perspectiva crítica da política linguística, não mais associada ao aparelho do poder estatal, a identificação entre política e democracia é fundamental, assim como a compreensão do carácter ideológico desse objeto social chamado “língua”, construído de formas diversas ao longo da história. Além disso, a linguagem em sociedade, na sua dimensão política, não pode ser estudada sem prestar atenção em tudo

aquilo que está implicado nas disputas em torno aos usos linguísticos. Desse ponto de vista, é preciso compreender que intervenções no campo da linguagem, tais como tornar uma língua oficial ou língua de instrução escolar, ou elaborar um sistema de escrita com uma ortografia própria, ou codificar uma variedade padrão que sirva de modelo para os falantes, têm consequências que extrapolam o âmbito daquilo que convencionamos chamar de “estritamente linguístico”. A própria nomeação das línguas tem o poder de construir novos objetos sociais e de mexer com as identidades comunitárias de forma muito profunda e, às vezes, permanente.

Por outro lado, toda e qualquer intervenção política pode ser lida e interpretada a partir dos seus efeitos glotopolíticos. A formação dos Estados nacionais produz a ampliação do mercado das relações linguísticas das comunidades locais, assim como a constituição de grandes blocos regionais de Estados põe em circulação línguas numa dimensão internacional e pode chegar a criar identidades complexas. Nesse sentido, os estudos de caso analisados neste livro abordam a dimensão linguística (e política) de processos sociais contemporâneos de enorme importância. Os movimentos migratórios, por exemplo, ou os pedidos de refúgio de populações que enfrentam as consequências das guerras, da fome e dos desastres naturais provocados pelas mudanças climáticas, produzem situações linguísticas que devem ser enfrentadas e que exigem a superação do velho paradigma monolíngue dos Estados. A diversidade cultural no espaço nacional também precisa ser encarada em sua radicalidade (linguística), com políticas que reconheçam a autonomia dos povos e respeitem seus modos particulares de ocuparem o próprio território. O reconhecimento territorial das comunidades indígenas e quilombolas no Brasil não é, em si mesma, obviamente, uma política linguística, mas é a condição prévia ineludível para a continuidade de suas línguas e culturas, para a continuidade das próprias comunidades (linguísticas). É também fundamental uma política linguística comprometida com uma educação para o multilinguismo, longe das ideias monoglóssicas dos tradicionais sistemas de ensino

nacionais, convertendo as escolas em espaços de discussão que questionem a desigualdade que se manifesta por meio da linguagem e que valorizem decididamente a diversidade. Uma política linguística educacional democrática deve garantir o “direito à língua” de todas as comunidades, e isso implica transformar o próprio fazer pedagógico, valorizar todas as práticas linguísticas, mesmo as mais fluídas, não regadas e translíngues, lidando com essa diversidade sem dramas e com uma inequívoca abertura à diferença. O desafio não é pequeno. Mas é por isso que aprofundar a reflexão-ação em política linguística, como se propõe neste livro, é tão necessário.



APRESENTAÇÃO

O livro *POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS: REVISÕES TEÓRICAS, TEMAS ATUAIS E PROPOSTAS DIDÁTICAS* tem como objetivo oferecer uma visão panorâmica sobre o campo das políticas linguísticas e direitos linguísticos no Brasil, com vistas a oferecer ao público em geral – desde professores da área de Língua Portuguesa, até estudantes de pós-graduação e de graduação das áreas de Letras e Linguística – uma discussão atualizada e fundamentada. Atentamos para nosso compromisso com a promoção de políticas de reconhecimento e legitimação da diversidade linguística, em prol da defesa de políticas plurais e comprometidas com a justiça social.

Buscamos oferecer às/aos leitoras/leitores a seguinte proposta: (i) uma revisão teórica sobre a história do campo das políticas linguísticas e direitos linguísticos; (ii) a apresentação de recortes teóricos específicos sobre políticas e direitos linguísticos, com exemplificação e bibliografia atualizada; (iii) a proposição de olhares críticos para o campo das políticas linguísticas, em diálogo com pautas e demandas contemporâneas no Brasil; (iv) a apresentação de uma série de estudos de caso, com vistas a retratar a complexidade e heterogeneidade dos temas abordados pelas políticas e direitos linguísticos; (v) a proposição de atividades didáticas a serem desenvolvidas no contexto educacional, seja no ensino superior, seja na educação básica.

Com a proposição de atividades didáticas ao final de cada capítulo, buscamos uma aproximação com o contexto educacional que engloba desde a formação de professoras/professores no ensino superior e nas pós-graduações, até a educação básica. Dessa forma, o livro busca uma abordagem que dialogue com as/os leitoras/leitores, fomentando

uma leitura ativa e reflexiva sobre a questão abordada. Registramos, ainda, a tradução inédita de um texto assinado por Joshua Fishman, publicado na Revista Internacional de Sociologia da Linguagem (DE GRUYTER, 1994). Fishman, como veremos, é considerado o fundador da área de Sociologia da Linguagem.

Importante mencionar que este livro agrupa uma série de pesquisadoras/pesquisadores brasileiras/os que têm se debruçado de forma responsável, comprometida e séria sobre os temas apresentados aqui. A autoria plural deste livro inclui textos escritos, em grande parte, em parceria, fomentando uma participação representativa de diferentes contextos institucionais brasileiros. Além disso, atentamos para a posicionalidade autoral, o que significa reconhecer que os percursos identitários das/dos autoras/autores afetam as reflexões acadêmicas, a exemplo dos objetos selecionados, da abordagem teórico-metodológica, da seleção da bibliografia e do olhar crítico e analítico lançado sobre o fenômeno/tema em questão.

O livro compreende textos organizados em duas partes: A primeira é voltada para a apresentação de *perspectivas teóricas e olhares críticos*, atentando tanto para uma revisão historiográfica, como para debates e demandas contemporâneas no campo das políticas e direitos linguísticos. A segunda parte apresenta uma série de *abordagens contextuais e estudos de caso*, sinalizando para: a discussão teórico-analítica de uma gama de temas do campo das políticas e direitos linguísticos, a posicionalidade assumida pelas/os autora/es, a discussão e/ou a apresentação de uma série de exemplos contextualizados. Cada capítulo, por fim, apresenta uma proposta didática, que inclui um dos seguintes recursos: estudo de caso, análise de um fenômeno/lei ou até mesmo perguntas norteadoras para o estudo dirigido do tema. Ressalta-se que os estudos de caso são ferramentas analíticas relevantes, pois, a partir do recorte de situações concretas envolvendo políticas e direitos linguísticos, buscamos um olhar analítico interdisciplinar e crítico, atentando para uma série de elementos – políticos, culturais, identitários, sociais – que atravessam e caracterizam os fenômenos analisados. Por fim, apresentamos a lista das/os autoras/autores que contribuíram

para este livro, sinalizando para seus projetos específicos no campo das políticas e direitos linguísticos.

A **Parte 1** inicia com o texto *POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS: REVISÃO TEÓRICA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS*, de Cristine G. Severo (UFSC), com o objetivo de apresentar uma visão teórica panorâmica sobre o campo das políticas e direitos linguísticos, englobando desde uma visão histórica até debates atuais. O texto prioriza uma revisão crítica das políticas linguísticas, sinalizando para a importância de um olhar interdisciplinar que fomente reflexões críticas, embasadas e responsáveis. O texto também apresenta uma revisão bibliográfica consistente e ampla, contribuindo para fundamentar teoricamente o campo das políticas e direitos linguísticos.

O segundo texto do livro é uma tradução inédita do texto *DEVOLVENDO A 'SÓCIO' AO EMPREENDIMENTO SOCIOLINGUÍSTICO*, de Joshua Fishman (New York University), que problematiza o distanciamento da sociolinguística em relação à sociologia e à sociologia da linguagem. O texto convoca todas/os nós a um engajamento crítico com as teorias sociais e sociológicas, tornando nossas reflexões sobre as políticas, planejamentos e direitos linguísticos fundamentadas em termos teóricos, metodológicos e analíticos. Trata-se de uma defesa radical da dimensão sociológica presente em nossas reflexões. A tradução é assinada por Cristine G. Severo (UFSC) e revisada por Edair Görski (UFSC).

Na sequência, Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCAR) e Jael Sânera Sigales Gonçalves (UNICAMP) assinam o capítulo *ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA E DIREITO LINGUÍSTICO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL*, no qual colocam em diálogo a Análise de Discurso materialista (AD) e o Direito Linguístico, buscando fundamentar uma proposta de leitura discursiva das normas de direitos linguísticos e de deveres linguísticos. As autoras mobilizam duas noções centrais da AD – arquivo e condições de produção –, tomando como exemplos a análise da Lei 11.161 de 2005 (Dispõe sobre o ensino da língua espanhola), e da Lei 13445 de 2017 (Institui a Lei de Migração), além das suas jurisprudências.

O capítulo TEORIA DA GESTÃO DA LÍNGUA DE SPOLSKY, de Socorro Cláudia Tavares (UFPB) e Maria Elias Soares (UFCE), apresenta os pilares que constituem a Teoria de Gestão da Língua, conforme desenvolvida pelo pesquisador Bernard Spolsky. As autoras exploram o papel dos fatores não linguísticos, os componentes da política linguística, a dimensão individual e os domínios, exemplificando a discussão com diferentes fontes. O capítulo se justifica, por apresentar, de maneira didática, uma teoria que tem embalado propostas metodológicas em políticas e planejamentos linguísticos com influência nos cenários internacionais.

O capítulo seguinte, de Isis Ribeiro Berger (UNIOESTE), intitula-se AS LÍNGUAS PELAS RUAS DA CIDADE: O ESTUDO DA PAISAGEM LINGUÍSTICA URBANA EM CONTEXTOS PLURILÍNGUES, e tematiza a pluralidade de línguas no espaço público urbano a partir da perspectiva da Paisagem Linguística. O capítulo apresenta a Paisagem Linguística como um subcampo das Políticas Linguísticas, fornecendo aporte teórico-metodológico para a realização de análises, bem como exemplos de estudos de caso, com enfoque em um contexto plurilíngue de fronteira.

Fechando a parte I, o capítulo O ESTATUTO ENCANTADO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS: COMUNICAÇÃO MAIS-QUE-HUMANA E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA, do antropólogo Leandro Durazzo (UFRN), apresenta um breve estudo de caso, considerando a relação do povo indígena Tuxá (Rodelas/BA) com seus antepassados mais-que-humanos, chamados de *encantados*. Ao focar as dinâmicas de política linguística e revitalização da *língua ancestral* do povo Tuxá, Durazzo reflete sobre as tensões e os limites terminológicos que definem a vitalidade e a extinção de um idioma. O capítulo apresenta uma articulação interessante entre a antropologia e as políticas linguísticas.

No primeiro texto da **Parte 2**, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, REFÚGIO E IMIGRAÇÃO, Bruno Deusdará (UERJ) aborda as políticas de refúgio e de imigração no Brasil, atentando para uma aproximação dessas políticas com as reflexões em políticas e direitos linguísticos. O texto apresenta e discute criticamente dados, relatos e documentos, sinalizando para

a urgência desse debate público, e evidenciando o papel teórico, profissional e ético dos linguistas frente às políticas de refúgio e imigração.

Na sequência, em A POLÍTICA LINGUÍSTICA DO ESTADO BRASILEIRO PARA AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA LDB, LEI 9.394/1996, Elias Ribeiro da Silva (UNIFAL) analisa a atual política linguística do Estado brasileiro para as línguas estrangeiras, tomando como objeto de análise a Lei 9.394/1996, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), a partir de dois recortes temporais. O texto discute o conteúdo político-linguístico do texto promulgado em 1996 e suas contribuições para o fortalecimento do plurilinguismo constitutivo da sociedade brasileira; e focaliza a versão atual da LDB a partir das modificações nela implementadas pela Lei 13.415/2017. O autor problematiza o caráter impositivo da política linguística implementada pela LDB em sua nova constituição.

Andérbio Márcio Silva Martins (UFGD) e Cássio Knapp (UFGD), em UMA PROPOSTA PARA PRODUÇÃO DE TEXTO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR, apresentam alguns desafios no trabalho para a ampliação do letramento acadêmico do público indígena do Programa de Mestrado em Educação e Territorialidade. O objetivo é partilhar algumas experiências pedagógicas sobre os desafios e os processos de produção e leitura de textos acadêmicos por estudantes indígenas.

Na sequência, Aline Nunes de Sousa (UFSC) e Silvana Aguiar dos Santos (UFSC) escrevem sobre POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E GÊNEROS DOS CONTEXTOS JURÍDICO E POLICIAL NO ENSINO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS. As autoras discutem o ensino de gêneros textuais/discursivos do âmbito jurídico/policial para tradutores e intérpretes de Libras-português, realçando a importância dessa abordagem para as políticas e direitos linguísticos. O trabalho se justifica, pois o gênero focado é de utilidade pública na atuação profissional de tradutores e intérpretes de Libras-português.

No capítulo DIREITO LINGUÍSTICO DO ESTUDANTE SURDO E SURDOCEGO INDÍGENA E NÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA: ESCRIVÊNCIA DE UMA PROFESSORA UNIVERSITÁRIA SURDA, Shirley

Vilhalva (UFMS), a partir de uma narrativa em primeira pessoa, como pesquisadora surda, tematiza os direitos linguísticos de estudantes surdos indígenas e não indígenas, em diálogo com a discussão referente à distinção entre pessoa surda e pessoa deficiente auditiva, atentando para a língua de conforto linguístico desses estudantes. O texto também pauta o papel da língua visual espacial na relação com a língua oral auditiva.

Em *POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUAS ESPECIAIS: TENSÕES E POSSIBILIDADES DE AQUILOMBAMENTO LINGUÍSTICO*, Geuderson Marchiori (UFOP/ME) e Kassandra Muniz (UFOP) exploram o conceito e o papel das línguas especiais como territórios de lutas e combates, apontando para a resistência e organização linguístico-discursiva de povos que foram colonizados, escravizados e marginalizados ao longo dos séculos. O texto aciona os conceitos de quilombo e colonialidade, sinalizando para a importância de uma abordagem linguística crítica através da noção de aquilombamento linguístico.

Por fim, Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB) e Charlotte Eloize Leviski (UEPG), em *UMA CONVERSA SOBRE O COLONIALISMO LINGUÍSTICO*, abordam a noção de colonialismo linguístico, realizando uma breve discussão teórica desse conceito em diálogo com a noção de lusofonia em contextos coloniais e contemporâneos. Para tanto, os autores ilustram a sua discussão com exemplos oriundos de países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Destacamos, ainda, o prefácio do livro assinado por Xoán Lagares (UFF). O autor nos relembra a relação direta que há entre as questões atuais que embalam o campo das políticas e direitos linguísticos e nossa capacidade de análise crítica, fundamentada, engajada e atenta. Por fim, ressaltamos, em diálogo com Joshua Fishman, nosso compromisso com interpretações e intervenções que sejam teoricamente embasadas e compromissadas.

Desejo uma boa leitura e ótimas reflexões!

Cristine G. Severo